



**Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2021.**

**Bianca Salles Padovan Viudes Carrasco**

**Manifestação nº 217.065.004.449**

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº **000.962-0/2021** para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir resumidamente transcrito:

“Bianca Salles Padovan Viudes Carrasco, inscrita no RG sob o número 33.826.100-X, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas –, dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES** relacionadas a **aplicação de recursos públicos de fundos soberanos em ativos financeiros**, a exemplo do Fundo de Equalização de Receitas, fundo soberano composto pelos recursos provenientes de arrecadação com participação especial instituído pelo município de Niterói-RJ através do Art 149 da lei orgânica e do Decreto 13.215/2019.

1. A requerente solicita

a) saber quais são os instrumentos legais que regulamentam a aplicação de tais recursos em termos de investimento. Quais são os limites impostos por lei para a composição de carteira de investimentos de fundos dessa natureza?





b) acesso a decisões do TC-J em relação a aplicação de recursos de fundos soberanos em ativos financeiros nos últimos 5 anos.

c) acesso a listagem das leis e demais instrumentos legais que regulamentam a aplicação de tais recursos e que norteiam as decisões do tribunal de contas.

O Setor Especializado informou que:

1º) não foram identificados processos constituídos no âmbito desta Corte de Contas que atendam aos temas solicitados nos itens “a”, “b” e “c” supracitados. A pesquisa elaborada pelo Setor Especializado encontra-se em anexo;

2º) como fundamento para a seleção de trabalhos de auditoria governamental, esta Corte de Contas se baseia em critérios de significância (risco, materialidade, relevância e oportunidade), bem como na rotação de ênfase, considerando todo o universo dos objetos de controle a serem auditados, consoante a Resolução TCE-RJ nº 302/2017;

3º) são consideradas, no processo de seleção de trabalhos de auditoria, as informações dos atos e contratações dos órgãos jurisdicionados, encaminhados por meio do sistema SIGFIS, informações de Ouvidoria, de mídia, solicitações de órgãos externos, análises de dados realizadas, dentre outros elementos. Como resultado, tem-se a seleção dos objetos de controle que demonstram maior significância, consubstanciada em um Plano Anual de Auditoria Governamental (PAAG) a ser executado no exercício seguinte ao processo de seleção.





4º) assim, cabe registrar que esta Corte considera, quando do planejamento de auditorias/inspeções, os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade relacionados aos atos administrativos, que dessa forma podem ou não ser objeto da amostra selecionada pelo Controle Externo.

A Ouvidoria do TCE-RJ agradece seu contato e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)

